



As propostas económicas do PSD e PS

Eleições Regionais ■ Miguel Albuquerque e Paulo Cafôfo reeditam, a 26 de maio, o confronto eleitoral de 2019, que ditou o fim das maiorias absolutas do PSD. Ao Económico Madeira, os líderes e candidatos do PSD e PS revelam quais são as suas principais propostas e ideias para a economia **P.3**



Governo da República reforça fiscalização dos subsídios de mobilidade

Transportes ■ Inspeção Geral de Finanças e a ANAC já têm em curso novos mecanismos de controlo da atribuição do subsídio, disse ao EM fonte oficial do Ministério das Infraestruturas. **P.3**

Secretário das Finanças assegura que há condições para continuar com excedentes orçamentais **P.4-5**



Connecting Software evolui na cibersegurança e atrai sector público

Empresa ■ A tecnológica tem sentido aumento da procura por cibersegurança. A empresa procura novas instalações e reforço da equipa **P.9**

Pagaqui vê Madeira como estratégica na expansão de pontos de venda

Investimento ■ A empresa quer aumentar pontos de venda no território nacional para oito mil e triplicar na Madeira **P.8**

Editorial**Aproveitar o potencial da Economia do Mar**

Filipe Alves
Diretor

Aproveitar o potencial da “Economia do Mar” é uma daquelas ideias que frequentemente se repetem, quase ao nível da “paz do mundo” pedida pelas candidatas nos concursos de beleza, mas que nem sempre são levadas a sério por quem tem poder de decisão.

Em termos gerais, a Economia do Mar abrange todas as atividades que dependem do oceano, como as pescas, as renováveis *offshore*, o transporte marítimo, a extração de petróleo e gás do subsolo marinho, o registo de embarcações, os desportos náuticos ou o turismo costeiro e de cruzeiros. Portugal tem vantagens óbvias nesta área, devido à sua posição geográfica e à dimensão da sua Zona Económica Exclusiva. A Madeira e os Açores, em particular, têm tudo a ganhar com a exploração destes recursos do oceano, mas apesar dos avanços registados nos últimos anos (como o forte crescimento do Registo Internacional de Navios da Madeira), há ainda muito por fazer. Diria que tanto a Região como o conjunto do País precisam de uma estratégia de longo prazo para a Economia do Mar, que assente num consenso entre as principais forças partidárias, por exemplo em temas como a exploração de petróleo e gás ou no investimento necessário na nossa Marinha, para que possamos proteger os nossos recursos. Dada a necessidade de diversificar a economia da Madeira, mais urgente o tema se trata.

**Frente-a-frente****Qual deve ser a principal prioridade do próximo Governo da Madeira?****Sancha Campanella**

Deputada do PS



■ As dificuldades no acesso à habitação constituem um dos maiores problemas que os madeirenses enfrentam e, por essa razão, esta deve ser uma das principais prioridades do próximo Governo Regional. Durante décadas, os Executivos do PSD foram incapazes de resolver os problemas do sector e, hoje,

devido aos baixos rendimentos dos madeirenses e aos preços proibitivos do mercado imobiliário, os jovens e a classe média estão impedidos de comprar ou arrendar casa. Com o PS Madeira, iremos inverter esta realidade! Temos ideias muito claras e, sendo Governo na Região, iremos implementar soluções para responder aos anseios da população, a começar pela criação de uma garantia pública para o financiamento ao crédito à habitação, destinada a pessoas até aos 40 anos que pretendam comprar a primeira casa. A par disso, comprometemo-nos a celebrar contratos-programa com todas as autarquias para a construção de mais habitação a custos controlados e a aumentar os apoios ao arrendamento. RP

José Manuel Rodrigues

Líder do CDS-PP Madeira



■ A prioridade do Governo deve ser normalizar a vida política, assolada por investigações judiciais e crispações partidárias, e fazer acompanhar o crescimento económico de Justiça Social. Precisamos de governabilidade e de equilíbrio social. Esta realidade impõe a reforma do sistema político, designadamente com uma lei

de Incompatibilidades e um Registo de Interesses para governantes e deputados, introduzindo mais transparência no exercício de cargos públicos, e separando claramente o poder político do poder económico. Por outro lado, o crescimento da Economia tem de significar uma melhor distribuição da riqueza criada. Precisamos de um Acordo para uma subida dos salários para a média nacional, da criação de um Salário-Base para os licenciados que entram no mercado de trabalho, de reduzir o IRS e o IVA, aliviando a asfixia fiscal da classe média, de isentar de impostos quem compra a primeira habitação e de criar um Complemento para Aquisição de Medicamentos para os Idosos com baixas pensões. RP

FICHA TÉCNICA

Publicado mensalmente na primeira sexta-feira de cada mês. **Propriedade** – Media9Par, S.A.. Registo na ERCS nº 224087. NIPC 517031558. Nº Depósito Legal: 422057/17. **Acionistas detentores de mais de 5% do capital** – Emerald Media Corporation (70,4%), Emerald Europe (15%) e Megafin Atlantic SA (10%). **Sede do editor e redação** – Rua Conde Carvalho, 53, 9060-011 Funchal. **Publisher da Media9Par e Diretor do Economico Madeira** – Filipe Alves **Subdiretores** – Lígia Simões, Nuno Vinha e Ricardo Santos Ferreira **Redação** – Ruben Pires **Paginação** – Rute Marcelino (coordenadora), Gonçalo Sena, José Fonseca. **Informática** – Ivan Ramos e Simon Moreno. **Área comercial** – Filipa Avillez (Head of Branded Content & Events) e Rui Nunes (Head of Digital & New Projects). **Administração** – José Carlos Lourenço (CEO), Cristiana de Nóbrega (Administradora) e Raul Bragança Neto (Administrador). **Conselheiro Editorial** – Fernando Esteves. **Impressão** – Empresa Gráfica Funchalense SA, R. Capela Nossa Senhora da Conceição, 2715-511 Morelena. **Distribuição** – Vasp - Distribuidora de Publicações, SA - Quinta do Grajal, Venda Seca, 2739-511 Aqualva, Cacém. **Tiragem** – 10.500. Nenhuma parte desta publicação, incluindo textos, fotografias, infografias e ilustrações, pode ser reproduzida por quaisquer meios sem prévia autorização do editor. Estatuto Editorial disponível em www.jornaleconomico.pt/madeira

Governo da República reforça controlo do subsídio de viagens

Fraude ■ Está já em curso mecanismos de reforço de controlo e fiscalização da atribuição deste subsídio social de mobilidade, por parte da IGF e ANAC, entidades envolvidas no processo deste subsídio.

Lígia Simões

lsimoes@medianove.com

O Ministério das Infraestruturas e Habitação (MIH) vai apertar a fiscalização da atribuição do subsídio social de mobilidade (SSM) que se destina a apoiar os estudantes ou os residentes nas ilhas que necessitam de realizar viagens entre o Continente, Açores e Madeira. Fonte oficial do MIH revelou ao **Economico Madeira** que já está em curso o reforço do controlo pela Inspeção-Geral de Finanças (IGF) e pela Autoridade Nacional de Aviação Civil, entidades envolvidas na fiscalização deste subsídio e monitorização do custo elegível. As medidas surgem numa altura em que foram desmanteladas pela PJ novas redes criminosas dedicadas à utilização fraudulenta do subsídio que, até ao momento, já lesou os cofres do Estado em seis milhões de euros.

“Está em curso a implementação de mecanismos de reforço de controlo e fiscalização da atribuição deste subsídio, por parte das entidades competentes na matéria (IGF e ANAC), com vista a evitar qualquer fraude futura ou a reportar de modo célere qualquer inconformidade”, revelou fonte oficial do MIH após questionada quanto à necessidade de maior fiscalização do subsídio social de mobilidade na sequência da Operação Rota do Viajante II desencadeada esta semana pela PJ que resultou em cinco detidos devido a esquema de burla na Madeira com viagens de avião.

A mesma fonte adianta que “os esclarecimentos sobre o SSM serão prestados em sede de audição na comissão parlamentar, já agendada”. Recorde-se que esta audição ao ministro das Infraestrutura,



MIGUEL A. LOPES/LUSA

Miguel Pinto Luz, foi pedida pelo PS a propósito das dificuldades enfrentadas pelos residentes das regiões autónomas na obtenção dos reembolsos. O deputado Francisco Vale César, eleito pelo círculo eleitoral dos Açores, pediu em meados de abril esclarecimentos sobre o assunto a que se deverão agora juntar outros pedidos referentes à utilização fraudulenta do subsídio.

A Operação Rota do Viajante II levou nesta terça-feira, 7 de maio, uma vasta equipa de inspetores da PJ a realizar buscas em Lisboa, Loures e na Região Autónoma da Madeira por suspeitas de crimes económicos que lesaram o Estado português em meio milhão de euros. Em causa estão crimes de burla qualificada e branqueamento pela utilização fraudulenta do SSM que, incluindo os Açores e outras redes criminosas na Madeira, até agora lesaram o Estado em seis milhões de euros.

Também o Governo da Madeira defendeu esta semana a revisão do subsídio social de mobilidade, tendo Miguel Albuquerque, sinalizado que o Executivo regional pretende equacionar a revisão do subsídio social de mobilidade, defendendo que os utentes deviam pagar apenas o valor facial.

“Vamos estabelecer contactos com o Governo [da República] no sentido de equacionarmos, também com o Açores, qual é a melhor solução”, disse, defendendo que deveria “haver um fundo por parte do Estado que garantiria a todos os residentes que quisessem viajar o pagamento do valor facial [da passagem com subsídio].”

Miguel Albuquerque reagia ao facto de a PJ ter detido cinco pessoas e feito 71 buscas numa operação focada na Região Autónoma da Madeira e na área metropolitana de Lisboa, que visou uma fraude ao Estado através do subsídio social de mobilidade.

A investigação apurou que os arguidos, com o objetivo de obterem avultados proveitos económicos ilegítimos, desenvolveram um esquema criminoso para obterem lucros ilegítimos através do SSM, relacionados com centenas de viagens inexistentes.

O SSM entrou em vigor em setembro de 2015, quando os residentes na Madeira passaram a pagar 86 euros e os estudantes 65 euros nas ligações ida e volta para o território continental e 119 para os Açores, valor que pode ser acrescido se exceder o teto máximo passível de reembolso, que é 400 euros.

Rating da semana

D C- C+ B- B+ A- A+

Ruben Pires

rpires@medianove.com



Thomas Berndorfer

CEO da Connecting Software

A+

■ A Connecting Software continua a sua evolução no mercado da Madeira.

Desta vez evolui no sector da cibersegurança onde devido à sua *expertise* tem conseguido atrair clientes do sector público em várias regiões do mundo. Tem também planos para mudar de instalações e de contratar mais recursos humanos.



Mara Franco

Coordenadora do CiTUR

A-

■ O CiTUR prepara um novo estudo relativo à capacidade de carga no destino Madeira.

Este tem sido um assunto cada vez mais importante no sector do turismo na Madeira.

Este contributo do CiTUR deverá ser fundamental para ajudar no processo de decisão de modo a que a Região possa ter um turismo o mais sustentável possível.



Lucília Gago

Procuradora-Geral da República

D

■ As investigações do Ministério Público (MP) que levaram ao derube dos Governos da República e da Madeira acabaram num juiz a dizer que não exista qualquer indício de crime.

O MP e a Procuradora têm de assumir responsabilidade pelo trabalho realizado face às consequências que as suas investigações tiveram no funcionamento das instituições.



Henrique Gouveia e Melo

Chefe do Estado-Maior da Armada

D

■ Os militares que se recusaram a embarcar no NRP Mondego, alegando motivos de segurança, acabaram suspensos, entre 10 a 90 dias, apesar da investigação ter determinado que o navio podia navegar e admitir várias falhas na estrutura da embarcação.

Entrevista a Rogério Gouveia / Secretário regional das Finanças

■ O governante acredita que a Região Autónoma da Madeira tem condições para continuar a gerar excedentes orçamentais nos próximos anos. Rogério Gouveia diz que uma mexida no IVA levava à redução nas transferências e num cenário de esgotamento do diferencial fiscal o impacto seria superior a 200 milhões de euros, algo que seria incomportável para a Região.

“Estão reunidos muitos dos pressupostos para dar continuidade aos excedentes orçamentais”

Ruben Pires

rpires@medianove.com

O secretário regional das Finanças, Rogério Gouveia, aborda o regresso aos excedentes orçamentais da Região Autónoma da Madeira, em 2023, e os motivos que levaram o executivo a baixar os impostos diretos e a não mexer nas taxas do IVA.

O governante destaca a importância de se fazer alterações à Lei das Finanças Regionais e o tipo de mudanças que poderiam ser feitas na política de impostos.

A Região teve boas notícias com o regresso dos excedentes orçamentais, em 2023. É exepetável que a Região se mantenha nessa trajetória?

Diria que estão reunidos muitos dos pressupostos para que se dê continuidade a este objetivo que foi conseguido que foi retomar os excedentes orçamentais considerando um cenário de políticas invariantes. Ou seja, não

acontecendo nada de extraordinário, como uma pandemia, um conflito, uma crise internacional, diria que estão reunidos os pressupostos que para que este objetivo e desiderato seja repetido ao longo dos próximos anos.

Nós estamos com boas perspectivas económicas, estamos com uma taxa de desemprego com níveis históricos, estamos também com um ritmo de criação de empresas que continua a ser superior do que as que são dissolvidas, e isso é um indicador de dinamização económica. Estamos com o Centro Internacional de Negócios (CINM), ou Zona Franca, numa fase positiva. Os grandes sectores da economia regional demonstram grande pujança, nomeadamente o sector turístico, e também o das novas tecnologias, têm grande peso no nosso Produto Interno Bruto (PIB) e têm manifestado também uma boa pujança e uma capacidade de crescimento, ano após ano, e já têm um peso significativo na nossa economia. E isto tudo leva-



É preciso alterar a Lei das Finanças Regionais e assim que essa justiça seja reposta nós poderemos alterar as taxas do IVA

-nos a crer que aquilo que já foi conseguido, em 2023, possa ser repetido nos anos subsequentes e isso também demonstra o trabalho assertivo que tem sido feito nas finanças públicas regionais e com uma boa resposta da economia e dos agentes económicos.

Não é um trabalho só do Governo Regional é um trabalho de toda a sociedade madeirense.

A aposta do Governo Regional tem sido na redução dos impostos diretos. No IRC está esgotado o diferencial fiscal máximo dos 30%, e já foi esgotado em alguns dos escalões do IRS. Mas em impostos indiretos como por exemplo o IVA não têm existido mudanças. É de esperar mudanças nos impostos indiretos?

O Governo Regional sempre tem assumido que assim que a Lei das Finanças Regionais seja alterada, no sentido em que não sejam as Regiões Autónomas a ter que prescindir das suas receitas para assegurar os custos da insularidade, que é algo que constitucionalmente impende sobre o Estado, nós pretendemos alterar sempre as taxas em vigor do IVA na Região.

Porque o que acontece atualmente é o seguinte. Se as Regiões Autónomas alteraram as taxas do IVA automaticamente têm uma redução nas transferências dessas receitas. E isso é desvirtuar por completo o princípio constitucional que é o Estado que cabe pensar as Regiões Autónomas pelos custos da insularidade.

Isso é algo que na primeira versão da Lei das Finanças Regionais existia. Havia a distribuição das receitas do IVA por uma capitação simples que permitia às regiões esgotarem esse diferencial fiscal e não serem prejudicadas em termos de receita. Depois os sucessivos Governos da República foram introduzindo alterações na Lei e ao se introduzir na forma de distribuição do IVA o ponderador do diferencial de taxa face ao Continente as regiões são prejudicadas em termos de transferências e nós consideramos que isso é uma injustiça.

Primeiro é preciso alterar a Lei das Finanças Regionais e o método de cálculo de transferência do



IVA para cada uma das regiões e assim que essa justiça seja reposta nós poderemos alterar as taxas de IVA em vigor na Região sem prejudicar as receitas da Região. O principal pressuposto é que essas receitas são imprescindíveis, são importantíssimas para manter a qualidade dos serviços públicos da Região como o Serviço Regional de Saúde e de Educação.

O grande peso nas despesas do Orçamento Regional que andam sempre entre os 55% e os 60% das despesas que temos anualmente.

Nós não o fazemos por capricho [não mexer nas taxas da IVA] fazemos por uma questão de princípio de injustiça e também de que não podendo reduzir os impostos todos ao mesmo tempo inicialmente a estratégia foi aquela que tem sido seguida privilegiar a redução dos impostos sobre o rendimento. Como disse já o fizemos na totalidade em sede de IRC e estamos progressivamente a fazer ao nível do IRS. O desagravamento fiscal que foi



feito abrange já mais de 80% de todos os agregados de IRS da Região.

É possível apurar quanto é que Região poderia perder se baixasse por exemplo um ponto percentual no IVA?

Um ponto percentual a estimativa anda na casa dos 35 milhões de euros. Mas por exemplo num exercício abstrato se nós reduzíssemos o diferencial máximo [30%] no IVA que a Lei das Finanças Regionais permite nós teríamos uma quebra bastante superior aos 200 milhões de euros. Estamos a falar de metade do orçamento do Serviço Regional de Saúde (SESARAM) por exemplo. É algo que é neste momento absolutamente incomportável e que iria prejudicar de sobremaneira o bom funcionamento dos serviços públicos da Região.

Por isso é que nós insistimos que primeiro é necessário alterar a Lei das Finanças Regionais para depois tomar uma medida desta natureza [mexer no IVA].

“Almejamos em 2024 ter negociado e acordado com a Comissão Europeia um novo regime para a Zona Franca”

Estamos numa altura de negociação de um novo regime no Centro Internacional de Negócios da Madeira (CINM), ou Zona Franca. Como está esse processo?

O processo tem corrido com descrição, como manda o bom-senso que assim seja. Têm acontecido interações informais no sentido de se encontrar um quadro legal para aquele que será o novo regime da Zona Franca. E isso é algo que com algum otimismo achamos que no curso de 2024 poderemos almejar ter um novo regime negociado e perfeitamente acordado com a Comissão Europeia. É um processo que agora com a proximidade das eleições europeias poderá não

acontecer grandes avanços. Mas depois de a nova Comissão Europeia estar instalada, no segundo semestre, estamos absolutamente convencidos e otimistas que estarão reunidos os requisitos para que possamos ter um novo regime quem sabe já em vigor em janeiro de 2025.

No último boletim de execução orçamental, até fevereiro, houve aumento de receitas e de despesas. É expectável que este caminho continue durante o resto do ano?

A performance dos primeiros meses do ano indicam que a receita está a ter um comportamento bastante alinhado com aquilo que era o cenário traça-

do pela proposta de Orçamento para 2024. Nada nos leva a crer que assim não seja até final do ano mais uma vez com a ressalva de que nada de extraordinário aconteça ao longo do ano. Mas está em linha com aquilo que estava a ser perspetivado. É preciso que os cidadãos tenham essa consciência de que o Governo Regional tem também enfrentado o fenómeno da inflação nas suas compras e isso também encontra reflexo na estrutura de despesa do Governo Regional para além do aumento e do impacto que as políticas salariais da administração pública têm tido, e bem, tem havido aqui [na Região] uma política de valorização de salários da função pública, nos descongelamentos quer

da carreira docente, quer dos profissionais de saúde, mas também das carreiras gerais, dos aceleradores das carreiras, e isso está a ter reflexo na estrutura das despesas do Governo Regional. Felizmente a receita tem tido um bom comportamento o que nos tem permitido atender a todas estas necessidades de funcionamento do Governo Regional não só ao nível dos custos de funcionamento dos vários sectores, e também ao nível das compras, da prestação de serviços, nas obras públicas. Nós temos tido também um acréscimo de custos e isso tem encontrado reflexo no aumento das despesas.

Nesta altura e até fevereiro tem existido um aumento de receita que permite fazer face ao aumento na despesa. É expectável que esta tendência continue durante o ano?

A receita tem uma elasticidade limitada. Não esperamos que a receita tenha os níveis de crescimento que teve nos anos anteriores. Agora aguardamos que a receita tenha uma estrutura suficientemente robusta que consiga cobrir as despesas e manter o equilíbrio das finanças públicas regionais para não só fazer face às necessidades dos serviços públicos, fazer face ao serviço da dívida, e expectavelmente ou tendencialmente mantermos os saldos das contas no final do ano marginalmente positivos para conseguirmos termos capacidade de amortização de dívida e de redução do nosso endividamento.

Porque menos endividamento são mais verbas disponíveis no futuro para face às necessidades dos serviços públicos.

Gostava de salvaguardar que ao contrário do que algumas pessoas possam pensar o facto de termos tido um excedente de 25,3 milhões de euros, em 2023, não significa que possamos gastar mais esse dinheiro em 2024. Significa que temos capacidade de amortizar responsabilidades de anos anteriores. O que nos liberta recursos, nos anos seguintes, porque é menos dívida, menos juros para pagar e consequentemente são recursos que ficam disponíveis para podermos canalizar a outros projetos e a outras políticas públicas nos anos futuro. RP



CiTUR prepara novo estudo sobre carga turística no destino da Madeira

Turismo ■ Os trabalhos preparativos já estão no terreno. Já existem concursos abertos para bolseiros de investigação. Em 2025 deve arrancar a recolha de resultados, diz a coordenadora do CiTUR.

Ruben Pires
rpires@medianove.com

Um novo estudo sobre a capacidade de carga no destino da Região Autónoma da Madeira faz parte do plano de atividades do Centro de Investigação, Desenvolvimento, e Inovação em Turismo (CiTUR), entre 2025 e 2029. Este estudo será mais abrangente e terá novos focos, relativamente ao estudo, que integrou o Projeto Turismo, que se iniciou em 2018, e que teve trabalhos publicados, ao nível internacional, em 2021, no *Islands Studies Journal*, sobre os limites físicos ligados à capacidade de carga do percurso do Rabaçal, e em 2022, no *European Journal of Tourism, Hospitality and*

Recreation, sobre o impacto social da capacidade de carga do percurso do Rabaçal, explica Mara Franco, Coordenadora do CiTUR Madeira.

Os trabalhos preparativos já estão no terreno, onde se inclui a contratação de recursos humanos e a aquisição de equipamentos. Correndo tudo dentro do previsto em 2025 já deve arrancar a recolha de resultados, confirma Mara Franco ao *Economico Madeira*.

“Queremos introduzir uma nova variável, e perceber a motivação para a realização das atividades, principalmente nos trilhos, e se aquele tipo de turista está adequado aquele tipo de trilho”, explica a coordenadora do CiTUR.

Mara Franco diz que este novo

estudo vai arrancar este ano, com uma fase que inclui reuniões com entidades regionais, como por exemplo a Secretaria Regional do Turismo, o Instituto das Florestas e Conservação da Natureza (IFCN), e deve entrar também a Proteção Civil, devido à componente da segurança.

“Estamos a montar a equipa, com estes *stakeholders* a entrarem na equação. [Este estudo] serve para termos a componente académica e melhorar a capacidade de tomada de decisão das entidades”, salienta Mara Franco.

Já existem concursos abertos para bolseiros de investigação, com dois doutorados já contratados, estando também duas bolsas abertas para o Observatório do Turismo e duas bolsas

abertas para o CiTUR.

O Projeto Turismo, iniciou-se na Universidade da Madeira (UMa), em junho de 2015, quando a reitoria decidiu que se tratava de um tema estratégico para a instituição de ensino superior madeirense, sublinhou Mara Franco. Neste processo a instituição de ensino acabou por incluir

na sua oferta académica cursos direcionados para o tema do turismo. O projeto acabou em maio de 2021.

Integrado no Projeto Turismo esteve, entre outras coisas, o estudo sobre a capacidade de carga no destino Madeira, que se iniciou em 2018.

Este estudo incluiu três tipos de pontos turísticos: um percurso no Rabaçal, o Cabo Girão, e um trilho mais curto que foi a Vereda dos Balcões, salienta a coordenadora do CiTUR.

Este estudo acabou publicado internacionalmente, em 2020 e 2021, focando-se no percurso do Rabaçal, onde se concluiu por exemplo que os limites do percurso não estavam esgotados e que a maioria dos visitantes estava satisfeito.



Mara Franco
Coordenadora
do CiTUR Madeira

AJEA avança com 'hub' para promover empreendedorismo e literacia financeira e digital

Empreendedorismo ■ A AJEA quer fomentar o empreendedorismo e a criação de negócios de modo a criar uma indústria mais forte e competitiva fazendo crescer o sector económico da Região.

Ruben Pires

rpires@medianove.com

A Associação de Jovens Empreendedores do Atlântico (AJEA) quer avançar até ao verão com o Atlantic Hub que tem como propósito formar em áreas como o empreendedorismo, o desenvolvimento pessoal, e a literacia financeira e digital, e também incentivar o empreendedorismo e a criação de negócios.

O presidente da associação, André Teixeira, refere ao *Economico Madeira*, que até ao verão a associação pretende avançar com outro projeto que passa pela criação de um podcast que envolverá várias pessoas do sector empresarial da Madeira e não só, para haver uma "comunicação, e uma abertura dos empresários" da Madeira, e não só, "para partilharem com os jovens o seu trajeto, história, as suas experiências, o seu conhecimento, e para que sirvam como *role models* para os jovens que queiram seguir esse caminho".

A AJEA é relançada em 2022 com o propósito de fomentar o empreendedorismo e fazer com que esta atividade seja "mais casual" do que é, e que mais jovens vejam a criação dos seus negócios, de empresas, e de projetos, como "algo real, em que não sejam apenas incentivados a se formarem e a se graduarem", e que "haja uma oportunidade de criarem algo seu, do zero, seja ideia de negócio, projeto, ou empresa, para que tenhamos uma indústria mais forte, um sector privado mais forte e mais competitivo, e para que possamos ter enquanto país e região uma qualidade de vida e um sector económico maior", explica André Teixeira.

"Acho que existem muitas



A AJEA acredita que um mercado mais competitivo beneficia a economia regional e alerta que a burocracia aflige o empreendedorismo e atrasa a criação de negócios

empresas que estão a trabalhar bem. Mas há sempre possibilidade de fazer mais e melhorar, e de se criar novas ideias de negócio, e que o mercado seja mais competitivo porque isso nos beneficia a nós", acrescenta o presidente da AJEA.

O presidente da associação sublinha que a burocracia é algo que aflige a área do empreendedorismo.

"Acho que cada vez mais temos de digitalizar e automatizar processos. Acredito que com a evolução da tecnologia nos próximos anos teremos cada vez mais e maior faci-

lidade na operacionalização das burocracias, que são necessárias, mas que acabam por atrasar os processos quer seja na criação de empresas, negócios, ou de projetos. Que sejam processos mais simplificados", explica André Teixeira.

André Teixeira considera que existe um mercado da digitalização e da exportação que também "deve ser aproveitado". O presidente da AJEA diz que a localização "beneficia muito" a Madeira. "Estamos num sítio central, com muito boas capacidades e muito bons recursos humanos para desenvolver ideias de negócio que consigam exportar. Temos exemplos de sucesso em Portugal e na Madeira como por exemplo o Vinho Madeira. O Vinho Madeira é um grande exemplo da nossa exportação mas existem mais", disse o dirigente da associação.

André Teixeira sublinha que apesar da [economia da Região] ser diversificada ainda tem uma indústria que "ainda é dependente" do turismo.

"Através da diversificação teremos mais oportunidades e não vamos só estar dependentes de um sector como o turismo ou de outros sectores", acrescentou André Teixeira.

O dirigente da AJEA acredita que a inteligência artificial é um processo que "cada vez mais terá" que estar nas empresas. "Acho que nós enquanto empreendedores temos que fomentar o uso deste tipo de tecnologias para que não estejamos atrasados em relação ao resto do mundo", refere André Teixeira.

O presidente da AJEA considera que este tipo de processos "vem para ficar" e que "quanto mais cedo adotarmos este tipo de tecnologias "melhor será".

Breves

Turismo teve subida de 7% nas dormidas

Turismo ■ O turismo da Região Autónoma da Madeira teve uma subida de 7,6% nas dormidas, em março, face ao período homólogo, enquanto que a entrada de hóspedes aumentou 6,1%, indicam os dados da DREM.



Madeira criou 423 sociedades

Criação de empresas ■ A Região Autónoma da Madeira constituiu no primeiro trimestre 423 sociedades e dissolveu 177, gerando um saldo positivo de 246, de acordo com a DREM.

Consumo de combustível sobe

A introdução no consumo dos principais combustíveis (gasóleo e gasolina) subiu 2,5%, no primeiro trimestre, para os 38,6 milhões de litros, na Região Autónoma da Madeira, face ao ano anterior, de acordo com a DREM.

Produção de energia elétrica aumenta 2%

Energia ■ A produção de energia elétrica sobe 2,7% na Região Autónoma da Madeira, no primeiro trimestre, face ao ano anterior, para os 228,9 gigawatt hora (Gwh), de acordo com os dados da Direção Regional de Estatística (DREM).



Pagaqui vê Madeira como localização “estratégica” para expansão de pontos de venda

Investimento ■ A empresa quer aumentar pontos de venda no território nacional para oito mil nos próximos três anos, através da união de esforços com a Eupago, explica o CEO.

Ruben Pires
rpires@medianove.com

A Pagaqui vai triplicar os seus pontos de venda na Madeira durante o primeiro semestre. O CEO da empresa, João Bacalhau, explica ao Económico Madeira, que a Pagaqui uniu esforços com a Eupago, e definiu a Região Autónoma da Madeira como uma localização “estratégica” no âmbito nacional para o grupo, e considera que a Região é “crítica” na “consistência e cobertura” de todo o território nacional.

“A Pagaqui pretende aproveitar os recursos da Região e colaborar com instituições locais, para

assegurar o acesso a meios de pagamento e serviços de proximidade a todas as comunidades de uma forma não discriminatória”, acrescentou o CEO da Pagaqui.

João Bacalhau disse que o objetivo da empresa passa por crescer de “forma gradual” na Região, com o crescimento da sua equipa local, e que tem sido alavancado o crescimento orgânico com o desenvolver de campanhas de angariação de agentes para a rede Pagaqui, que permita triplicar a rede da empresa na Região.

O CEO da Pagaqui refere que a Madeira tem sido um território negligenciado pelos players dos pagamentos, tal como acontece com os Açores, e lembra

que a Madeira é uma “oportunidade de negócio” sendo a segunda região europeia com maior crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2022.

Questionado sobre a expectativa que a empresa tem para o mercado da Madeira, em 2024, João Bacalhau diz que a Pagaqui espera que o mercado da Região Autónoma se torne “num dos mais importantes” para a empresa, tanto ao “nível de cobertura da sua rede de retalhistas, seja ao nível de rentabilidade do negócio da zona”.

Relativamente ao plano de expansão que a Pagaqui tem para a Madeira e para o território continental, João Bacalhau explica que a intenção passa por crescer na rede de

pontos de pagamento e diversificação da oferta de serviços, com “maior satisfação” das necessidades locais, reforçando que este é o principal objetivo da empresa.

“Com a entrada do grupo Eupago neste contexto, o objetivo é claro, aumentar o número de pontos de venda no território nacional para oito mil nos próximos três anos”, diz João Bacalhau.

O CEO da Pagaqui diz também que a empresa optou em 2024 por uma oferta “estratégica e progressiva” ao nível nacional.

“Em primeiro lugar devido à expansão de forma gradual e segmentada, distrito a distrito, procurando estabelecer uma presença sólida nas várias regiões do país, respondendo assim à diminuição da oferta de serviços (quer pelo encerramento de agências bancárias ou postos dos correios, quer pela diminuição do comércio de proximidade) que se verifica em muitas zonas do interior do país”, explica João Bacalhau.

O CEO da empresa diz que a implementação da oferta Pagaqui “está a ser feita de forma estruturada, seguindo um plano claro e objetivo, com etapas específicas” e que para este processo, a Pagaqui tem “apostado muito na sua capacidade de adaptação, inovação, dada a necessidade de ser o mais competitiva possível”.

O CEO da Pagaqui considera que a Madeira e os Açores têm sido negligenciados pelos players dos pagamentos. Na Madeira a empresa vai triplicar os seus pontos de venda durante o primeiro semestre

Connecting Software evolui para cibersegurança e atrai sector público

Tecnologia ■ A empresa tem intenção de adquirir um espaço maior e pretende passar de 30 para 50 pessoas nos próximos dois anos.

Ruben Pires

rpires@medianove.com

Uma carência do mercado na área da cibersegurança tem sido aproveitada pela tecnologia instalada na Região Autónoma da Madeira. Connecting Software, para evoluir nesta área e com isso tem conseguido atrair o sector público, devido ao seu nível de *expertise*, diz o CEO da empresa, Thomas Berndorfer, ao *Economico Madeira*. A empresa tem intenção de adquirir um espaço maior e pretende passar de 30 para 50 pessoas nos próximos dois anos.

O sector da cibersegurança não é propriamente novo para a Connecting Software, que já explora a área há pelo menos sete anos, mas ultimamente tem ganho uma nova tração pelo aumento da procura dos clientes que têm revelado uma maior preocupação em terem os seus dados e processos, alguns deles considerados sensíveis, com um nível elevado de proteção.

O responsável pela empresa sublinha que a grande maioria (75%) dos produtos da Connecting Software têm algum tipo de correlação ou estão nesta área.

Thomas Berndorfer sublinha que o mercado “não tem” *middleware* que seja especializado na parte da segurança, uma área que é procurada por vários tipos de atividades económicas como por exemplo a militar, o sector público, a energia, o financeiro, e o da automação.

O *middleware* acaba por ser uma espécie de ponte, ou ligação, entre diversas aplicações, permitindo que os dados circu-



lem e dessa forma facilitar a vida aos utilizadores.

O CEO da empresa salienta que tem existindo uma “grande procura” por produtos que deem resposta ao nível da segurança e que existe um mercado de clientes que possuem “grandes necessidades” na área da cibersegurança.

“Temos muitos mais clientes para os quais é sensível este tema”, reforça Thomas Berndorfer.

Nesse sentido a Connecting Software tem conseguido se adaptar a estas novas exigências e devido a isso possui nos seus quadros um responsável pela área da cibersegurança (Ciber-



Thomas Berndorfer
CEO da Connecting Software

security Officer) tendo no total duas pessoas na organização que têm como função tornar a sua oferta de produtos nesta área cada vez mais segura.

Esta *expertise* da Connecting Software tem aberto as portas da empresa ao sector público.

O CEO da empresa sublinha que a Connecting Software tem certificação para responder às necessidades do sector público, e reforça que é preciso ter um nível de certificação elevado para ter acesso a este tipo de contratos.

“No final do dia é confiança e credibilidade. Desenvolvemos esta confiança neste sector [cibersegurança]”, diz Thomas Berndorfer.

A Connecting Software moveu a sua infraestrutura de IT que tinha na Eslováquia para a Madeira, devido à proximidade da guerra, tendo em conta que a Eslováquia faz fronteira com a Ucrânia, num processo que ficou concluído no ano passado. A Região passou a ter com esta mudança um *datacenter* e os seus servidores físicos na Região.

Opinião

O mega aeroporto!



Tiago Miguel Freitas

Adjunto para a Cooperação Externa da DRCCCE

Portugal é um país muito particular. Velho como o do Restelo, e sequeoso de Glória e fama como uma adolescente de Hollywood.

Portugal necessita sempre de um designio.

É assim que se alimenta, é desta forma que se “cumpre”, como diria Pessoa. Quando viamos aportar nas nossas costas os genoveses, ou percebíamos a chegada das caravanas do norte da África, considerávamos que o melhor era invadir a sul para tomarmos o comércio terrestre do oriente. Quando o comércio das praças marroquinas era mais deficitário em vidas lusas, do que em superávits de especiarias, lançámo-nos ao mar como navegadores-comerciantes. Não entrámos pelas terras descobertas adentro. Ficámos pela costa, fizemos acordos com líderes e reis tribais. Impusemos, porém, a lei do canhão a oriente.

Não queríamos ter escravagistas, mas comprámos e vendemos escravos como ninguém. Em finais de 60, o professor Marcello disse a célebre frase: “eu não quero ser um ditador!” O destino impôs-se. Nós também não queríamos ser colonialistas, mas onde há terra e nativos há colónias. E onde há colónias, há colonizadores. Especiarias, açúcar, escravos, ouro. O império fez-se de um tamanho desproporcional ao da metrópole.

Sempre tentando ser os maiores e melhores, contrariando a pequenez das fronteiras originais. O inverno salazarista, e a pobreza instalada, trouxeram com o designio último a guerra para manter o império.

Após a madrugada da liberdade e do perigo da albanização da costa ocidental Ibérica, impôs-se o

designio da Europa. Os fundos de coesão como panaceia para todos os males. Fundos esses, que existem para que o país se desenvolva a tal ponto que deixe de os necessitar. Nunca foi esse o nosso approach. A cada negociação de um novo quadro, o pânico da perspectiva de termos menos fundos.

Já percebemos que, embora a viagem europeia nos tivesse resgatado do século XIX para o século XXI, não é com fundos, ou apenas com estes, que vamos lá.

O novo designio é, portanto, o aeroporto de Lisboa. Já se questionaram porque raio é que Lisboa só pode ter, na mente de políticos, técnicos, académicos, intelectuais da nossa Praça, um único e gigantesco aeroporto? E que pode nem sequer ficar em Lisboa? Porque para estes seres pensantes, embora não confessem, a existência de um aeroporto, que por artes mágicas se transformará num hub tão imprescindível como imperativo, para os voos comerciais das Américas e África para a Europa, será o novo ouro das Minas Gerais, os novos escravos da foz do Zaire, ou novo açúcar dos sucacos da Calheta, para a fazenda pública nacional.

Todas as capitais europeias têm vários aeroportos, com distintas proximidades do centro, com diferentes valores de taxas, com voações complementares.

Lisboa não! Tem distinguir o seu aeroporto que goza de uma competitividade turística por ser absolutamente central, e em vez de complementa-lo com mais um, dois quem sabe três no prazo de década, aeroportos para low cost, para voos de escala, para ligação no resto do país, NÃO! vamos fazer um mega aeroporto que nos sustente! Circundado por uma megacidade aeroportuária, com um gigantesco centro logístico. Obrigar as companhias a abandonar as slots de Francoforte, Madrid, Charles de Gaule, e força-las a utilizar o “cais de Belém” dos novos tempos.

Esperemos que o novo governo tenha celeridade e juízo. Precisamos de um aeroporto complementar, e de evitar entregar a Portela á especulação imobiliária. Que se cumpra Portugal!



■ Evento

Madeira celebra Festa da Flor

■ O programa de festividades da Festa da Flor ainda inclui o Madeira Flower Classic Auto Parade e o Madeira Classic Car Revival.

Ruben Pires
rpires@medianove.com

O programa de celebração da Festa da Flor termina a 26 de maio.

A 12 de maio realiza-se o Madeira Flower Classic Auto Parade com o seguinte itinerário: Partida da Avenida Francisco Sá Car-

neiro, Avenida do Mar e das Comunidades Madeirenses (faixa norte) até à Praça da Autonomia, Avenida do Mar e das Comunidades Madeirenses (faixa sul), Avenida Francisco Sá Carneiro, Rotunda Harvey Foster.

Vai existir uma exposição na Avenida Francisco Sá Carneiro até às 18h30.

A 18 e 19 de maio realiza-se o Madeira Flower Collection um evento que tem como objetivo promover o sector da moda regional.

Entre 24 e 26 de maio a Praça do Povo recebe o Madeira Classic Car Revival um evento que é organizado pelo Clube de Automóveis Clássicos da Madeira e tem como objetivo divulgar veículos antigos e clássicos da Região.

■ Lazer

Fotografia. 50 anos do 25 de abril

■ Até 18 de maio o Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's recebe a exposição 50 anos do 25 de abril - vozes do povo: reflexos de abril.

A exposição reúne artefactos militares, reproduções de jornais da época e 53 fotografias de alguns momentos, ocorridos no Funchal, ligados à Revolução dos Cravos, através de quatro fotógrafos, Carlos Fotógrafo, Foto Moderna, João Pestana, e Perestrellos Photographos, salienta a organização.



Exposição. 'Le Corbusier, Oscar Niemeyer'

■ A Galeria Lourdes - Quinta de São João recebe até agosto a exposição "Le Corbusier, Oscar Niemeyer: A outra face dos arquitetos". Pode visitar a exposição em dias úteis (exceto terça-feira) entre as 14h00 e as 18h00 e no sábado entre as 10h0 e as 17h30.

Festival. Raízes e Ritmos

■ A Quinta Magnólia - Centro Cultural recebe até 8 de junho a primeira edição do Festival Cultural 'Raízes e Ritmos' que é promovido pelo Consulado Honorário da República de Cabo Verde na Região Autónoma da Madeira e pela Embaixada de Cabo Verde em Portugal, em parceria com a Associação de Promoção da Macaronésia (APMM).

■ Festival

'Aqui Acolá' traz à Madeira Moonspell e The Legendary Tigerman

■ O festival termina a 12 de maio.

Ruben Pires

rpires@medianove.com

A Ponta do Sol recebe até 12 de maio o festival de música Aqui Acolá.

A 10 de maio sobe ao palco a banda Moonspell, pelas 22h00, na Avenida 1º de Maio. A banda vai apresentar no festival o espetáculo 'Soombra'.

Para além dos músicos que compõem os Moonspell o espetáculo terá também o trio de cordas Mag-

netic Strings e duas cantoras.

Também neste dia estará no palco The Legendary Tigerman, com um espetáculo previsto para as 23h30, no Largo do Pelourinho.

The Legendary Tigerman vai apresentar o novo álbum 'Zeitgeist'.

A 10 de maio atua também Emmy Curl. O espetáculo está previsto para as 20h30 no Solário junto à praia. A artista deve apresentar ao público o álbum 'Pastoral'.

A 11 de maio atua Vanessa da Mata, pelas 22h30, na Avenida 1º de Maio, que deve levar no seu repertório o álbum 'Vem Doce'.

Neste dia está previsto também o concerto de Xinobi Live, pelas 00h00, no Largo do Pelourinho.

A 12 de maio tem o concerto do violinista Artur Fernandes, pelas 16h15, pelas Ruas da Vila. O músico atua também no dia 11 de maio às 15h00 e às 18h45 pelas Ruas da Vila.



■ Cultura



Exposição. 'Siza & Oscar: para além do mar'

■ A Fortaleza de São João Baptista do Pico recebe até 13 de setembro a exposição "Siza & Oscar: para além do mar". A fotografia é de José Roberto Bassul e a curadoria de Ângela Berlinde. Esta exposição já passou pela Casa da Arquitetura de Matosinhos, desloca-se agora à Madeira.



'O Bordado Madeira' ■ O Centro de Estudos de História do Atlântico - Alberto Vieira (CEHA-AV) recebe até 13 de setembro a exposição "O Bordado Madeira e o Vestuário: Um Périplo por Arquivos, Documentos e Representações".

A exposição tem curadoria de Martinho Mendes. Nesta exposição pode ver o arquivo da casa de bordados João Eduardo de Sousa, Lda., conteúdos da coleção "Madeira - Memórias Fotográficas", e ainda materiais cedidos por várias pessoas e instituições.

Exposição. 'Árvores'

■ A Galeria Restock apresenta até 6 de junho a coletiva "Árvores no Armazém do Mercado | loja 8. Entre os artistas estão: Carla Cabral, Caroline Fernandes, Hanamaro Chaki, Helena Jardim, Jelka Barras, Karen Bradtke, Maria Ângela Franc, Miguel Leitão Jardim, Pascal Errante, Samuel Santos.

Exposição. 'Os Monstros'

■ A Galeria Tratuário recebe até 24 de maio a exposição "Os Monstros", que reúne uma coleção de quadros pintados em 1992. A exposição tem curadoria de Martinho Mendes.

A fechar

O que defendem Albuquerque e Cafôfo para a economia?

Política ■ Líder do executivo madeirense e do maior partido da oposição revelam as prioridades dos programas eleitorais para a economia, com medidas que vão da baixa de impostos à diversificação económica.

Ruben Pires
rpires@medianove.com

Miguel Albuquerque (presidente do Governo Regional da Madeira e líder do PSD Madeira) e Paulo Cafôfo (líder do PS Madeira e maior partido da oposição) voltam a reeditar o confronto eleitoral de 2019, numa eleições que ditaram o fim das maiores absolutas sociais democratas.

Em 2024 o líder do executivo madeirense e o presidente do maior partido da oposição apresentam ao eleitorado as suas propostas para a economia.

O PSD pretende ter um “governo estável” que garanta a confiança dos investidores privados e mantenha o mercado com capacidade de “continuar a investir”, explica Albuquerque, ao Económico Madeira.

O líder do executivo madeirense diz que a Região deve atingir os sete milhões de euros em Produto Interno Bruto (PIB), em 2024, e um PIB per capita que atinge os 27 mil euros.

Albuquerque quer também manter o desemprego baixo.

Na economia o PSD quer também diversificação económica, melhores condições de atratividade para os investidores, a diminuição da carga fiscal, e destaca a importância de se alterar a Lei das Finanças Regionais para se atingir esse objetivo.

O PSD quer também que o Estado assuma responsabilidade pelos sobrecustos na saúde e na educação.



Os sociais democratas propõem ainda uma redução mais acentuada no IRC passando dos 14,7% para os 10%.

O sistema fiscal próprio é outra medida no programa social democrata bem como a aceleração da economia digital, com Albuquerque a lembrar que as tecnológicas já representam 613 milhões de euros para a economia regional.

Albuquerque quer também continuar a modernizar a indústria e a criar mais-valias nos produtos transformados e acentuar o apoio aos transportes.

Na economia o PS defende o desagravamento fiscal do IRS e do IVA, através de uma descida imediata nestes impostos.

Cafôfo salienta, ao Económico Madeira, a importância de existir diversificação económica. O dirigente socialista considera que os salários dos trabalhadores da hotelaria e restauração são “muito baixos,” e reforça que “não há repercussão” dos lucros do turismo naquilo que é o “serviço pres-

tado” pelos trabalhadores da hotelaria e da restauração.

O líder do PS Madeira diz que é preciso olhar também para o sector do mar.

Cafôfo defende uma gestão partilhada do mar, de modo a que a Região tenha outras opções em diversas áreas como por exemplo o *shipping*, e alerta que existe um “subaproveitamento” do Registo Internacional de Navios (MAR).

“Podemos potenciar outras áreas como o digital”, defende Cafôfo.

O líder socialista diz que a diversificação da economia pode também ser feita através de sectores como o mar e as novas tecnologias.

Cafôfo salienta que na parte tecnológica a questão da ultraperiferia da Região Autónoma “não se faz sentir”. O socialista reforça que a Região tem de tirar “vantagens” em sectores onde não existe um “estrangulamento”, e que isso deve ser assumido “como uma prioridade e como diversificação da economia”.

Opinião

Sobre a (I)legalidade de alguns partidos



Sílvia Vasconcelos

Médica Veterinária, MSc e PhD em Ciências Veterinárias

Portugal é um país cuja Lei magna é clara quanto à proibição de partidos fascistas: no seu Artigo 46º, “Liberdade de Associação”, está inscrito no seu ponto nº 4, explicitamente que “não são consentidas (...) organizações racistas ou que perfilhem a ideologia fascista”. No artigo 160º da mesma Lei, a Constituição da República Portuguesa, no nº 1, al. d), incorrem em perda de mandato os deputados que “sejam judicialmente condenados por crime de responsabilidade no exercício da sua função em tal pena ou por participação em organizações racistas ou que perfilhem a ideologia fascista.”, até porque o Princípio Constitucional da Igualdade consagra, no nosso país, que “todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a Lei”.

Mas ainda na incursão da legislação que vigora em Portugal, o Código Penal não é menos claro quanto à penalização de quem perfilhe a ideologia fascista: no seu artigo 24º, relativamente à discriminação e incitamento ao ódio e à violência, está inscrito que quem “fundar ou constituir organização ou desenvolver atividades de propaganda organizada que incitem à discriminação, ao ódio ou à violência contra pessoa ou grupo de pessoas por causa da sua raça, cor, origem étnica ou nacional, ascendência, religião, sexo, orientação sexual, identidade de género ou deficiência física ou psíquica, ou que a encorajem”; ou participar na organização ou nas atividades referidas ou lhes prestar assistência, incluindo o seu financiamento, “é punido com pena de prisão de um a oito anos”. Mas não se fica por aqui, já que no ponto seguinte ao já des-

critado esclarece e penaliza quem, “publicamente, por qualquer meio destinado a divulgação, nomeadamente através da apologia, negação ou banalização grosseira de crimes de genocídio, guerra ou contra a paz e a humanidade, provocar atos de violência contra pessoa ou grupo de pessoas por causa da sua raça, cor, origem étnica ou nacional, ascendência, religião, sexo, orientação sexual, identidade de género ou deficiência física ou psíquica”.

No entanto, são pelo menos quatro os partidos que perfilham, o fascismo e incitam a atos de violência contra outras pessoas, pela cor, pela origem, pela sua identidade, género ou condição e que estão legalizados constitucionalmente no nosso país.

Há pouco tempo, um desses partidos assinalava mesmo o Tarrafal como o “expoente do Estado Novo em Portugal”, o que esclarece bem a perfilhação racista e fascista desse partido, que assim propaga um discurso de ódio e de desumanização, colidindo com os valores fundamentais da nossa Democracia.

O racismo propalado por este e por outros partidos, configuram o que é absolutamente intolerável em Democracia: a segregação de indivíduos e a promoção de conflitos sociais que põem em causa a nossa vida coletiva e a Paz social. Na verdade, trata-se de partidos que, no mínimo, careciam de um cordão “sanitário” à maneira de De Gaulle para “civilizar” (como se tal fosse possível...), isolar, reduzir e extinguir este tipo de direita nada democrática.

A verdade, incompreensível, inaceitável, é que temos várias organizações fascistas aceites e legalizadas pelo Tribunal Constitucional volvidos 50 anos do 25 de Abril quando na própria Declaração Universal dos Direitos do Homem, é claro o repúdio por todas as formas de racismo, xenofobia e radicalismo, ou de qualquer outra forma de intolerância ou discriminação sobre o Homem.

Ou aguardamos, entretanto, “serenos”, que se voltem a cometer crimes do passado contra a Humanidade?